

BALANÇO E PERSPECTIVAS DA LEXICOGRAFIA

Félix Bugueño Miranda

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

felixv@uol.com

Resumo: O objetivo do presente artigo é demonstrar como tem evoluído a lexicografia, de uma atividade eminentemente prática a uma reflexão teórica sobre o dicionário. A primeira questão a ser discutida é o status da própria disciplina, se se considera, por exemplo, que há lexicógrafos, tais como Atkins; Rundell (2008), que negam a existência de uma teoria lexicográfica. Em segundo lugar, e assumindo que há – e há – uma reflexão teórica sobre o dicionário, serão apresentados os principais avanços na área, a partir da árdua discussão em torno da classificação de dicionários, passando pelos critérios para estabelecer o universo léxico que constitui a listagem dos dicionários (macroestrutura), o conjunto de informações que se oferece em cada verbete (microestrutura), o sistema de remissões (medioestrutura) e, finalmente, o estado em que se encontra a discussão sobre os componentes externos do dicionário

Palavras-chave: Metalexigrafia. Lexicografia. Linguística.

PRESENT AND FUTURE IN LEXICOGRAPHY

Abstract: The purpose of this lecture is to demonstrate the evolution of lexicography from the practical task of compiling dictionaries to their theoretical approach as reference works. The first issue to be discussed is the status of the discipline itself, since there are lexicographers, like Atkins; Rundell (2008), that deny the existence of a lexicographic theory. Secondly, and accepting that a lexicographical theory does exist, we present the main advances in the area, such as the research on dictionary classification, the criteria used to calculate the number of headwords in a dictionary (macrostructure), the set of comments that appear in each entry (microstructure) and the system of cross-references (middlestructure). Fi-

nally, the lecture will offer a reflection on the normativity in dictionaries.

Keywords: Metalexigraphy. Lexicography. Linguistics

1. Sobre o status da lexicografia: da legitimação pela práxis à legitimação pela teoria

Historicamente, se poderia dizer que, particularmente desde a segunda metade do século XX, estamos assistindo a um processo de transformação da legitimação da lexicografia pela práxis a sua legitimação pela teoria. Tem sido mais um desenvolvimento guiado pela inércia de um fazer prático, e não pelo resultado de uma reflexão teórica.

A falta de uma reflexão teórica sobre o dicionário não se deve somente ao fato de muitas obras serem o produto de um “impulso criador”. No seio da própria lexicografia, há aqueles, como Atkins; Rundell (2008) que afirmam que *we don't believe that such a thing [i.e. a lexicografia teórica] exists*. Wiegand (1989), por outro lado, também se questionava acerca do status científico da lexicografia, na medida em que não a via somente como mais uma manifestação da linguística aplicada. Na esteira de Wiegand (1989), Engelberg; Lemnitzer (2004, p. 4) reconhecem que a lexicografia tem muitos pontos de contato com a linguística, mas negam também o seu status de área da linguística aplicada em função de ela possuir, ao mesmo tempo, vínculo com outras áreas, tais como a pedagogia e a informática; além disso, a lexicografia não emprega nenhuma teoria linguística específica.

Evidentemente, a lexicografia, que transitariamente chamaremos de “teórica”, encontra-se em uma situação diferente, por exemplo, da linguística aplicada ao ensino-aprendizagem de línguas, ou à linguística areal. É evidente também que a lexicografia não corresponde a uma “ciência pura da linguagem”, como, em seu momento, foi a glossemática. Nesse sentido, é fundamental considerar uma premissa central que sustenta toda reflexão que

possamos chamar de “científica” e que tem a ver com o velho pressuposto de que “toda ciência se define por seu objeto e seu método”. A esse respeito, Blackburn (1997. s.v. *metodologia*) lembra que a aspiração clássica de validar uma ciência, melhor dito, o conjunto de procedimentos que possibilitam referendar o conjunto de conclusões verdadeiras que se obtém como resultado da aplicação de uma metodologia, aparece hoje como superada na filosofia das ciências. Nas suas próprias palavras, “esse ponto de vista apresenta-se hoje (...) como uma fantasia”. Muito mais produtivo, na opinião de Blackburn (1997, s.v.) é “investigar os métodos que de fato foram adotados (...) com o objetivo de (...) sistematizar os pressupostos de um domínio de investigação (...)”. Isto posto, é necessário reconhecer que o dicionário, como manifestação da linguagem, não é um domínio de conformação e apreensão unívoca.

O dicionário, pelo contrário, é a confluência de várias dimensões da linguagem e de seus vários níveis de organização, dispostos de acordo com determinadas convenções, sejam elas linguísticas ou não (como, por exemplo, o emprego de gravuras, ou os aspectos tipográficos e de lay-out da obra lexicográfica). Quando afirmamos que um dicionário atende à função de produção ou codificação, estamos avaliando-o segundo uma dimensão ontológica fundamental da linguagem. Quando definimos que segmentos informativos referentes ao signo linguístico como significante farão parte do verbete de um dicionário, estamos pressupondo determinados níveis de organização da linguagem concebidos à luz de um formalismo, aceito como fundamento da linguística moderna, que chamamos de “duplo caráter do signo linguístico”. Quando afirmamos que determinado dicionário tem por função ajudar a incrementar a massa léxica de seu potencial usuário, estamos julgando o dicionário a partir de uma perspectiva cognitiva, que transcende a “imanência linguística”. Dito em outros termos, o dicionário é, em sua própria essência, um instrumento de reflexo múltiplo da língua. Por isso, a premissa básica de toda teorização em torno do dicionário será sempre condicionada ao aspecto que se deseje estudar nele. Have-

rá, portanto, tantas aproximações como aspectos sobre os quais se queira refletir.

No entanto, é fundamental não perder de vista que o dicionário é um instrumento para a resolução de problemas linguísticos, de maneira que a perspectiva teórica que se emprega para gerar informação no dicionário ou para refletir sobre ele será sempre a linguística, ou aquela que ajude a “significar”, ou ajude na compreensão do conjunto de informações do dicionário. Se nos é permitida uma relação analógica, e empregando com grande parcimônia os termos, toda aproximação ao dicionário deve ser linguisticamente teleológica e não linguisticamente arqueológica. Quando se avalia se a aplicação de um determinado modelo de descrição sintática redundará em um ganho heurístico real para o potencial usuário de um dicionário, a perspectiva do ato da interrogação é linguisticamente teleológica. Pelo contrário, se se avalia um dicionário em relação ao “discurso do poder”, ou à “ideologia”, por exemplo, servindo-se, para isso, da análise do discurso (cf. Maingueneau (2000)), o ato da interrogação é linguisticamente arqueológico. O primeiro é lexicograficamente relevante; o segundo não. Exatamente por essa mesma distinção, a teorização sobre sistemas semióticos não linguísticos como instrumentos de heurística do dicionário também constitui uma reflexão lexicograficamente relevante, que se encontra, aliás, ainda nos seus primórdios. Curiosamente, em Atkins (2008, p.32), a autora revisa a sua posição afirmando que “Although theoretical lexicography is certainly not synonymous with lexicology (...) a large proportion of the decisions made by the lexicographer are linguistic decisions, and so we should consider particularly (...) the contribution of theoretical linguistics”. Destarte, a autora acaba não só por reconhecer que há uma “lexicografia teórica”, mas também que a abordagem para o dicionário advém, embora não exclusivamente, das ciências da linguagem. Há, ao que parece, um hiato entre a tarefa de compilar dicionários e a atividade de uma reflexão teórica sobre eles. Sobre esse particular, Kilgarriff (2008, p.144) comenta, por exemplo, que “lexicographers write dictionaries rather than writing about writings dictionaries”.

Em resumo, há, portanto, uma reflexão teórica sobre o dicionário, chamada por Hartmann; James (2001 s.v. *metalexigraphy*) de *metalexigrafia*, e que os autores definem como “a complex of activities concerned with reflection on the practice of lexicography”. Schlaefter (2002, s.v. *Metalexikographie*) a define como „[sc. die] wissenschaftliche Arbeitsgebiet der Wörterbuchforschung”. Ambas as definições são um bom impulso, mas requerem de maior precisão, tendo em vista o exposto “ad supra”.

2. Sobre o estado da discussão metalexigráfica

Na opinião de van Hoof (1994, p. 28), o século XX constitui uma “explosão lexicográfica”, já que ao começar essa centúria, a maior parte das grandes línguas de cultura [langues de culture] possuía um dicionário. O que vale para a praxe lexicográfica, vale também para a metalexigrafia. No entanto, atrevemo-nos a circunscrever ainda mais a precisão temporal. Na nossa opinião, a “explosão metalexigráfica” começa exatamente em 1950 com a publicação de Casares (1950). Em progressão cronológica, é fundamental citar as seguintes publicações, sem que a presente lista almeje a ser exaustiva e “justa”: Zgusta (1971); Dubois; Dubois (1971); Haensch et al. (1982); Hausmann et al. 1989-1991) e Hartmann (2003). No âmbito nacional, não podemos deixar de mencionar a inestimável contribuição de Welker (2004), que pôs, no domínio dos pesquisadores nacionais, a excelente metalexigrafia alemã, além, de apresentar as contribuições anglo-saxônicas no terreno da “lexicografia pedagógica”.

O tempo da exposição faz necessário circunscrever a discussão a um panorama muito genérico de problemas. O foco central recairá sobre a lexicografia de orientação semasiológica, prestando especial atenção a problemas de ordem macro- micro e medioestrutural. No final, tentarei abordar, sucintamente, a relação entre o dicionário e a norma.

3. A classificação de dicionários¹

Em plena consonância com o exposto por Swanepoel (2003, p. 44), quem afirma que “constructing dictionary typologies is a crucial component of dictionary research”, a classificação das obras de referência é importante tanto para o compilador (ou redator) do dicionário e seu usuário, como também para o avaliador. Para o compilador, uma classificação das obras lexicográficas permite desenhar um instrumento de consulta segundo um conjunto de padrões e parâmetros formais que garantam a sua real utilidade. Para o usuário, uma classificação de dicionários oferece um panorama das obras disponíveis, permitindo-lhe, assim, uma escolha mais acertada segundo as suas necessidades. Por último, para o crítico de dicionários, uma classificação constitui um subsídio que ajuda na tarefa avaliadora de obras lexicográficas.

3.1. Problemas e desafios da classificação de obras lexicográficas

Um enquadramento classificatório de dicionários está condicionado por duas variáveis. Em primeiro lugar, e do ponto de vista (meta)lexicográfico, os resultados do enquadramento dependem do modelo de classificação a ser empregado. Em segundo lugar, e do ponto de vista do produto lexicográfico, a constante aparição de novos dicionários, a heterogênea constituição de muitos deles, assim como a terminologia nem sempre clara com que muitas obras são intituladas, também acabam influenciando os resultados.

No que diz respeito à fundamentação teórica para a classificação de obras lexicográficas, é possível distinguir dois “modelos”. Esses modelos seguem a oposição entre taxonomia e tipologia. Uma taxonomia é uma classificação de acordo com um sistema de critérios pré-determinados, que almeja separar elementos de um grupo (“taxon”) em subgrupos (“taxa”), que são mutuamente excludentes

e não ambíguos. Uma tipologia, por outro lado, corresponde a uma classificação que possibilita reunir uma densidade de entidades que compartilham algum traço mais evidente ou notório, que pode ser identificado como um protótipo. É necessário ressaltar, no entanto, que as designações “taxonomia” e “tipologia” são usadas, às vezes, de maneira indiferenciada (cf. LÓPEZ ROLDÁN, 1996, p.12).

Cada obra lexicográfica que possa ser classificada por cumprir exaustivamente uma “check-list” (matriz de traços) advinda da aplicação sucessiva de “fundamenta classificationis” corresponde a um genótipo lexicográfico (cf. BUGUEÑO MIRANDA (2008, p. 2) para esse conceito). Por outro lado, quando uma obra lexicográfica não consegue corresponder totalmente à matriz de traços que se deriva da sucessão de “fundamenta comparationis” (por apresentar só alguns traços, ou por ser difícil reconhecê-los), encontramos-nos em presença de um fenótipo lexicográfico (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS (2011, p. 5) para esse conceito).

No âmbito da tipologia, a distinção entre genótipos e fenótipos se torna irrelevante, já que não se almeja reconhecer uma obra pelo princípio das condições necessárias e suficientes. Uma classificação tipológica permite também “acomodar” melhor novos expoentes lexicográficos, assim como os que, neste trabalho, se denominam “fenótipos”.

4. Os componentes canônicos do dicionário

Embora pareça óbvio fazer essa observação, consideramos que não se pode perder de vista o fato de que as diferentes estruturas informativas que fazem parte de um dicionário estão em relação direta com três parâmetros: a classe de dicionário de que se trata, ou seja, seu enquadramento classificatório, a função que o dicionário irá cumprir, e o perfil de usuário.

Esses parâmetros condicionam muitas das decisões atinentes à definição dos componentes canônicos de um dicionário. A expres-

são *componentes canônicos* requer um maior detalhamento. *Componentes* equivale a *estruturas*, estas últimas definidas, de acordo com Rehfus (2003, s.v. *Struktur*) como a disposição e ordem de um todo articulado de acordo com um sistema axiomático. *Canônico*, por outro lado, quer dizer aquilo que deve obrigatoriamente estar presente. Assim, estabelecemos que, para um dicionário de orientação semasiológica, existem quatro componentes canônicos: a macroestrutura, a microestrutura, a medioestrutura e o *front matter*. A macroestrutura se legitima por dois princípios: a) o objeto linguístico dicionário requer um princípio de ordenação, já que deve apresentar um nível de organização da linguagem, o léxico, de acordo com a imagem que se deseje oferecer dele; b) o princípio de ordenação do nível léxico requer um algoritmo de busca, de acordo com a imagem que se deseje oferecer dele. Em relação à microestrutura, que se pode definir como o conjunto de informações acerca do signo-lema (Bugueño; Farias (2006)), todo verbete obedece a uma predicação, isto é, a uma relação “*thema-rhema*”, segundo Herbst; Klotz (2003, p.170), ou, como comentam Collinot; Mazière (1997, p.89), há uma função predicativa da microestrutura em relação ao lema, o que significa observar uma certa ordem. Superposta a esta dicotomia, encontra-se a progressão significante-significado. Essa última distinção condiciona também os dois comentários básicos do verbete: o comentário de forma e o comentário semântico. Cada tipo de informação dentro de cada comentário recebe o nome de *segmento informativo*. Constitui um princípio axiomático básico da microestrutura o fornecimento de pelo menos um segmento informativo de comentário de forma e um segmento informativo de comentário semântico. No que diz respeito à medioestrutura, também conhecida como sistema de remissões, ela se sustenta nos seguintes princípios axiomáticos: 1º) uma referência medioestrutural deve levar o usuário rapidamente à informação que o dicionário deseja fornecer: A referência medioestrutural deve obedecer sempre a um único movimento. 2º) uma referência medioestrutural deve ser sempre elucidativa: A referên-

cia deve ser compreendida pelo usuário tanto pela motivação do impulso como pela meta de remissão proposta. 3°) uma referência medioestrutural deve ser sempre funcional: A referência medioestrutural deve acarretar um ganho para o usuário (Bugueño; Zanatta (2008)) . Finalmente, o “front matter” deve cumprir três funções: em primeiro lugar, assinalar o usuário ao qual o dicionário está destinado; em segundo lugar, assinalar a função do dicionário e, finalmente, servir de manual de instruções. Em relação às demais partes encontradas em muitos dicionários, que a metalexigrafia inglesa chama de “middle matter” e “back matter”, respectivamente, ainda não há trabalhos que permitam conferir a esses segmentos uma função bem determinada.

A seguir, faremos algumas considerações sobre cada um dos componentes canônicos.

4.1. Sobre a macroestrutura

Sem dúvida alguma, corresponde a Rey (1970) não somente o mérito de haver criado o termo “macroestrutura”, mas também ter criado as bases teórico-metodológicas para o seu desenho. É igualmente inquestionável o extenso, complexo e difícil trabalho de Wiegand (1989). De nossa parte, enquadrámos o conceito de macroestrutura em duas dimensões complementares: a definição macroestrutural quantitativa e a definição macroestrutural qualitativa. A definição macroestrutural quantitativa diz respeito à quantidade de lemas que um dicionário deve possuir. O número de verbetes que um dicionário possui constitui a sua *densidade macroestrutural*. Em geral, os dicionários competem, no entanto, por apresentar, de maneira arbitrária, grande quantidade de lemas, o que leva ao *inchaço macroestrutural*. A discussão para o cálculo matematicamente fundamentado sobre a densidade macroestrutural que corresponderia a cada classe de dicionários, considerando todas as variáveis tratadas até agora, encontra-se ainda nos seus primórdios.

O objetivo final é chegar a uma *macroestrutura eficiente*, ou seja, uma macroestrutura que seja coerente com a classe de dicionário de que se trata, coerente com a função conferida ao dicionário, e que satisfaça também às demandas do usuário. Até agora, só temos estudos lexicométricos parciais para a língua inglesa. Selistre (2012), ao desenhar um dicionário passivo inglês-português para o ensino médio no Brasil, demonstrou, no entanto, que essas listas de frequência são um bom começo para o estabelecimento da definição macroestrutural quantitativa, mas requerem outros parâmetros numéricos.

No que diz respeito à definição macroestrutural qualitativa, os dicionários, em geral, arrolam toda classe de curiosidades, sejam elas estritamente linguísticas ou não. Por isso, somos da opinião de que a discussão atual deve concentrar-se em quais tipos de unidades são passíveis de lematização e quais não. Embora se trate de uma discussão complexa, é possível estabelecer alguns critérios, tais como, 1) Não se deve lematizar unidades léxicas inferiores à palavra (os afixos), 2) Tampouco se deve lematizar unidades pertencentes a outros sistemas semióticos, tais como os símbolos matemáticos, os símbolos químicos, as siglas e as abreviaturas, 3) Da mesma forma, não há lugar, no dicionário semasiológico, para os nomes próprios. Nesse último caso, devem ser feitas algumas ressalvas. A lematização de nomes próprios é lícita: 3.1.) Quando o nome próprio faz parte de alguma lexia complexa e/ou expressão idiomática e 3.2.) Nos casos em que o nome ofereça claramente alguma dificuldade ortográfica. Nesse ponto, as decisões definitivas dependem de cada tradição em particular. Ainda no âmbito macroestrutural, uma questão que requer a máxima atenção diz respeito tanto aos critérios de ordenação das acepções como à decisão de compactá-las ou explicitá-las mais detalhadamente. Werner (1982) apresenta sete critérios de ordenação de acepções e é claro em sublinhar que esses sete critérios “não são efetivamente separáveis nem na bibliografia existente nem na prática”. Na nossa opinião, essa afirmação continua a ser válida. É possível, no entanto, fazer

as seguintes observações. Em primeiro lugar, em relação à classe dos dicionários gerais, deve-se perguntar se não seria possível integrar os critérios cronológico e etimológico. Em razão da própria natureza do dicionário geral, uma disposição das acepções que considere a sua “perspectiva histórica” não pode ser ou unicamente cronológica, ou unicamente etimológica. A consequência direta disso é a ativação de um terceiro comentário no dicionário geral, o comentário etimológico, que permitiria a articulação entre os dois critérios. No que diz respeito ao critério de frequência, os grandes projetos dos ingleses, tais como o Bank of English e o British National Corpus são exemplos de como se tem progredido substancialmente no tema, sobretudo em relação aos dicionários de aprendizes [leaner’s dictionaries]. Intimamente unido à questão da disposição das acepções, está o que Kilgarriff (2008, p. 143, nota 13) chama de *lumping* [agrupamento] e *splitting* [separação], opções que, segundo Kilgarriff (2008, *ibid*), acabam sendo arbitrárias. A tendência a agrupar ou a separar acepções tem uma repercussão direta sobre os critérios de ordenação das acepções. Os novos avanços da semântica cognitiva, e seu difícil, mas instigante desenvolvimento no Framenet, poderão trazer novos subsídios para lidar de melhor forma com esses problemas. Por uma questão de tempo, - abstenho-nos de discutir outros dois tópicos: as soluções homônimas ou polissêmicas e as formas de ordenação da macroestrutura.

4.2. Sobre a microestrutura

Os dois comentários básicos (comentário de forma e comentário semântico) apresentam expansões complementares. Essas expansões são conhecidas como pré- e pós- comentários. Esses “espaços” permitem ao lexicógrafo acrescentar informação adicional em relação às informações sobre o signo linguístico enquanto significante ou enquanto significado. Farias (2011) fez um estudo sobre o emprego desse espaço na microestrutura e constatou que a maioria

dos lexicógrafos o emprega de forma assistemática e nem sempre tirando real proveito dessa opção.

O conjunto total de informações contidas no verbete recebe o nome de *Programa Constante de Informações*. Sem sombra de dúvidas, o comentário semântico é aquele que se poderia chamar de “principal” na microestrutura de um dicionário de orientação semasiológica. É de senso comum também destacar que, dentro do comentário semântico, a definição é o segmento informativo mais importante. No entanto, a definição se encontra em uma situação curiosa. Faz parte do nosso “saber elocucional”, para empregar o termo de Coseriu (1992), falar não somente sobre o mundo, mas também sobre a própria língua. Isso é o que Kurt Baldinger chamava de “metalinguagem de primeiro nível”. No “hic et nunc”, no aqui e agora, temos, em geral, um bom desempenho quando tentamos descrever o que quer dizer uma palavra. Os mecanismos são variados. Se perguntamos, por exemplo, o que é um *roller* e respondemos: “um *roller* é uma caneta”, essa operação “per se” resolve o problema de saber o que é um *roller*. Se ainda persistir uma dúvida, então apontamos para o objeto *roller* e dizemos: “Isto aqui é um *roller*”. No entanto, nem as “whole-sentences definitions” nem as substituições ostensivas são sempre bem-sucedidas na tarefa de ajudar a compreender o que uma palavra significa. Assim, estamos diante de um autêntico paradoxo, na medida em que aquele segmento informativo que caracteriza “per se” o dicionário de orientação semasiológica constitui ainda uma esfinge cujos segredos continuamos tentando desvendar.

A discussão sobre a definição é velha e, na nossa opinião, tem pelo menos duas etapas. A primeira está caracterizada pela assunção quase dogmática do princípio escolástico de *genus proximum plus differentiae specifica*, que, na verdade, é uma transposição da doutrina aristotélica das categorias. A doutrina *genus proximum plus differentiae specifica* se manteve como princípio reitor da definição lexicográfica até o século XX. Atrevemo-nos a dizer que a seguinte etapa, que chamaríamos de “as consequências do estru-

turalismo”, começa entre finais dos anos 50 e segue ainda durante os anos 60, quando os lexicógrafos “descobriram”, segundo Lara (1996), que havia, aparentemente, uma correlação direta entre a doutrina do *genus proximum* e os sememas que se obtinham aplicando os princípios da fonologia estrutural ao plano do conteúdo. A esse impulso segue uma etapa, que, na nossa opinião, ainda não acabou, de uma revisão profunda de teorias semânticas e de suas potenciais consequências lexicográficas. Já em Weinrich (1976), por exemplo, há uma clara inclinação à redação de definições pela técnica *whole-sentence*, em detrimento da técnica de *genus proximum*. Além disso, Wiegand (1989 também se inclina abertamente à formulação de definições segundo o padrão *whole-sentence*. A consolidação da semântica cognitiva, nas suas várias manifestações, dentre elas, a semântica de frames, e as teorias semânticas de Jackendoff e Pustejovsky, significam novos rumos na própria concepção do que é significado. Isso afeta diretamente a tarefa do lexicógrafo. Antes de darmos prosseguimento à exposição, é pertinente salientar que os problemas que podem ser detectados nas definições dos dicionários nem sempre decorrem da aplicação de uma teoria semântica. Em muitos casos, é perfeitamente legítimo questionar se há alguma teoria por detrás de uma definição.

Na nossa opinião, abordar a definição lexicográfica significa preocupar-se com três problemas ao mesmo tempo. Em primeiro lugar, levar em conta uma taxonomia de definições, ou como defendemos, de paráfrases explanatórias. Em segundo lugar, pensar em um “pattern” sintático que oriente a sua redação, e, no caso dos dicionários para o segundo ciclo das séries iniciais, pensar também em um padrão de longitude das paráfrases, isto é, o número médio de palavras de uma paráfrase, como defendido em Brangel; Bogueño Miranda (2012), e, finalmente, considerar também uma teoria semântica como mecanismo de ganho heurístico sobre o conteúdo de uma expressão.

Em relação à taxonomia de paráfrases, dispomos hoje de um inventário relativamente extenso delas. Não podemos entrar em

detalhes aqui, mas os modelos que tem sido possível elencar permitem obter um leque de opções que possibilitam homogeneizar a redação das paráfrases. Apresentamos alguns exemplos extraídos de Bugueño Miranda (2009): 1) Paráfrase explanatória analítica (“**etiología**. (Del gr. *αιτιολογία*).1. *f. Fil.* Estudio sobre las causas de las cosas. 2. *f. Med.* Estudio de las causas de las enfermedades”, DRAE (2001)) ; 2) Paráfrase explanatória sinonímica. (“**Ap·fel·si·ne** *die*; -, -n ≈ Orange”, LaTDaF (2003, s.v)).; 3) Paráfrase por metalinguagem do signo extensional (“**Sweets** are small sweet things such as toffees, chocolates, and mints”, CCLD (2003,s.v. *sweet*, ac. 2))

5) Paráfrase explanatória serial (“**martes** segundo día de la semana entre el lunes y el miércoles”, DSLE (1996, s.v.)”.

Em relação ao pattern sintático, corresponde a Seco (2003, p. 25-46) o mérito de ter proposto os primeiros parâmetros para a formulação das paráfrases. Martínez de Souza (1995, s.v. *definición lexicográfica*), por outro lado, oferece três parâmetros que ajudam na redação das mesmas. Eles são concisão, abrangência e circularidade. Em Bugueño; Farias (2011a), oferecem-se parâmetros complementares aos anteriores.

Sem dúvida alguma, os (eventuais) aportes da semântica constituem o tema mais complexo no momento de gerar (ou redigir) uma paráfrase. No entanto, é necessário voltar a insistir em que nem sempre se pode ter certeza de que por trás de uma paráfrase exista, de fato, uma teoria semântica que sirva de heurística para “aprender” o significado. Em segundo lugar, tampouco temos, ainda, uma concepção clara do que signifique *significar*. Nesse sentido, a afirmação de Alcaraz Varó; Martínez Linares (2010) em relação a que o significado possui uma “natureza fugaz e escorregadia” de forma que “os linguistas e filósofos sabem que a explicação plena da sua natureza e funcionamento estão ainda longe do homem”, constitui uma boa síntese do estado atual do problema. Como consequência direta disso, as velhas e consagradas distinções entre *palavras lexicais* e *palavras gramaticais* deixam de ter a sua legi-

timação “a priori” assegurada. Intimamente unido ao anterior, é necessário considerar o fato de que a classificação das diferentes classes de palavras nas categorias antes mencionadas também oferece resultados díspares. Em Bugueño Miranda; Farias (2011b), por exemplo, foi comprovado que existem indícios que permitem trabalhar com a hipótese de que algumas preposições parecem possuir algo que, com cautela, poderíamos chamar de “conteúdo léxico”, embora, voltamos a insistir, ainda não compreendemos bem o que *significado léxico* quer dizer. As constatações anteriores têm um impacto direto na geração de paráfrases. Corresponde a Seco (2003) ter estabelecido a distinção entre “metalinguagem do conteúdo” e “metalinguagem do signo”. Diante disso, é necessário diferenciar aquelas paráfrases que almejam exprimir o “conteúdo” de uma expressão (paráfrase explanatória analítica) e aquelas proposições à direita de signos-lemas tais como artigos e conjunções, que, na verdade, são instruções de como empregar tais palavras (instrução de uso). Essa distinção, que parece tão clara, perde seus contornos nítidos à luz das considerações precedentes.

No estado atual da questão, e em relação às paráfrases por metalinguagem de conteúdo, mais precisamente, as que chamamos de “paráfrases explanatórias analíticas”, acreditamos que o poder heurístico que as diferentes teorias semânticas possam oferecer deve converter-se em uma metodologia para a geração das paráfrases. Na nossa opinião, o desafio atual da metalexigrafia, nesse âmbito, é justamente estabelecer as bases para essa metodologia. Há três questões centrais na relação entre geração de paráfrases e as teorias semânticas. Em primeiro lugar, Farias (2008) estabeleceu que há paráfrases com um baixo ou nulo poder explanatório, e que a autora chamou de “paráfrases deficitárias propriamente ditas”. Em segundo lugar, e intimamente ligado ao anterior, uma paráfrase elucidativa é aquela que permite uma representação eficaz “da palavra” e “da coisa”. Logo voltaremos a essa questão. Finalmente, é fundamental encontrar uma metodologia que permita transpor o ganho heurístico que se obtém da análise semântica à

“linguagem de redação” da paráfrase. Lembramos que é por isso que consideramos que uma teoria integral da paráfrase explanatória não pode prescindir nem de uma taxonomia de paráfrases nem de um pattern sintático. No que diz respeito à relação entre a linguagem e as coisas, presente em uma paráfrase, defendemos que toda paráfrase deveria ser essencialmente intensional, isto é, deveria dar conta de um conteúdo da língua, mas, ao mesmo tempo, deveria possuir também o que chamamos de um “viés extensional”, isto é, através das informações contidas na paráfrase, deveria ser possível reconhecer a “coisa” no plano extralinguístico. Sobre essa questão, Werner (1984) propõe que há paráfrases que precisam somente da dimensão intensional; outras, somente da dimensão extensional, e um terceiro tipo que incluiria ambas dimensões. Na nossa opinião, a escolha entre essas três opções não depende do lexicógrafo, mas do próprio potencial de definição das palavras. Brangel (2011), por exemplo, comprovou que a definição das cores leva quase sempre a paráfrases deficitárias propriamente ditas. Nessas condições, a substituição ostensiva, isto é, um mecanismo extensional, parece a única alternativa viável. Além de unidades léxicas tais como as plantas, os animais e as cores, sabemos muito pouco sobre que tipos de unidades são difíceis de definir. Na nossa opinião, e de acordo com o exposto em Bugueño Miranda; Farias (2012), estabelecemos que há três dimensões básicas que concorrem na formulação de uma paráfrase. Elas são categorização, intensão e extensão, que se manifestam de maneira diferente em cada teoria semântica. A tarefa da teoria metalexilográfica é transformar esses princípios em metodologia para a geração de paráfrases. Fica claro, por exemplo, que a noção de extensão é fundamental nessa tarefa. Também é evidente que a inserção de informações enciclopédicas cumpre igualmente um papel fundamental. No entanto, estamos ainda longe de saber como fazer isso, ou seja, carecemos ainda de uma metodologia rigorosa para “calcular” quanta informação devemos incluir nas paráfrases.

Em relação a outras teorias, mencionamos a semântica de frames e a teoria do léxico gerativo de Pustejovsky. Embora trabalhos como o de Boas (2001), referente ao uso de frames para estabelecer relações de equivalência em um dicionário bilíngue, –mostrem-se muito promissores, falta, na nossa opinião, “aplicar” frames a conjuntos mais extensos do léxico. Em relação ao léxico gerativo, Redes (2005), um dicionário combinatório do espanhol, constitui uma primeira aplicação da teoria. Do ponto de vista do consulente, especialmente do falante não nativo do espanhol, a utilidade é evidente.

Para o final, deixamos um aspecto até certo ponto tabu do dicionário. Referimo-nos a sua função de orientação no uso da língua. Uma série de circunstâncias contribuiu para que os lexicógrafos evitassem entrar no mérito dessa questão. Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que as duas grandes correntes da lingüística do século XX não lidavam bem com a normatividade. O estruturalismo, porque a tarefa do linguista é descrever e classificar fatos; não julgá-los. O gerativismo, por outro lado, porque a competência lingüística não se avalia em termos de adequação aos atos de fala. Em segundo lugar, as diferentes comunidades não possuem sempre relações consensuais com as entidades que orientam o uso da língua, já seja porque os falantes de ditas comunidades deixaram de acreditar nelas, como é o caso da Académie Française, ou porque essas instituições nunca exerceram esse papel de forma clara, como é o caso da ABL. Em terceiro lugar, para poder orientar o uso da língua, é fundamental que o falante também se veja reconhecido no modelo que lhe é proposto. Se esse modelo nada tem a ver com o conjunto de normas que o falante domina ou conhece, evidentemente não pode haver nenhuma identificação com a orientação proposta. Em quarto lugar, porque é um erro (em parte de responsabilidade dos próprios lexicógrafos) acreditar que um dicionário pode ir “a priori” impondo usos da língua, quando, como se defende em Bugueño (2006), o dicionário vai “a posteriori” registrando os usos. Essas circunstâncias, então, fizeram com que a função de orientação no uso da língua passasse não somente

a ser julgada como “não própria da linguística e do linguista”, mas também a ser considerada como uma plataforma para uma série de reivindicações em que a linguagem é manifestação de problemas de outra ordem. Ser “normativo”, portanto, está proibido. No entanto, é fundamental entender o seguinte. Em primeiro lugar, e como demonstra Zanatta (2010), em todo indivíduo existe um anseio normativo. Isto quer dizer que estamos cientes de que possuímos mais de um registro (ou norma) na nossa atividade de falantes, e que alguns desses registros têm mais prestígio do que outros. Em segundo lugar, e como consequência do anterior, quando se fala em normatividade não se trata de decidir o que é correto versus o que é errado, mas de apresentar uma orientação de uso da língua de acordo a determinadas situações. Em terceiro lugar, a normatividade não pode ser “ex nihilo”; tem de se apoiar em fatos reais; só assim se legitima entre os falantes. Em quarto lugar, o dicionário tem sempre um efeito normativo, seja essa a intenção explícita do lexicógrafo ou não. Por isso, o termo “uso”, tão empregado hoje em tantos títulos de dicionários, é ambíguo. O lexicógrafo pode legitimamente almejar que seu dicionário seja de uso, entendido com a apresentação da norma real da língua que se descreve, mas até nesses casos, haverá um efeito normativo. O lexicógrafo pode também empregar o termo “uso” na sua vertente de orientação no uso da língua, tal como o fez María Moliner. Desde a primeira edição (1966-1967), já se passaram 46 anos e o DUE continua a ter uma legitimação absoluta entre nós, falantes do espanhol. Por que será? Em síntese, negar a dimensão normativa que um dicionário.

Nota

1 Uma versão mais extensa sobre a classificação de dicionários foi aceita para publicação em Bugueño Miranda (2014).

Referências

ALCARAZ VARÓ, E. ; MARTÍNEZ LINARES, M.A. *Diccionario de lingüística moderna*, Barcelona: Ariel, 2010.

ATKINS, B.T. Theoretical lexicography and its Relation to Dictionary-making. In: Thierry FONTENELLE (ed.). *Practical lexicography. A reader*. Oxford: OUP, 2008, p. 31-50.

_____; RUNDELL, M. *The Oxford Guide to Practical Lexicography*. Oxford: OUP, 2008.

BLACKBURN, S. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRANGEL, L. *Definições de cores em um dicionário semasiológico com o auxílio da semântica cognitiva*. 2011. 190 f. Dissertação de Mestrado em Linguística – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BOAS H.C., 2001. Frame Semantics as a framework for describing polysemy and syntactic structures of English and German motion verbs in contrastive computational lexicography. In P. Rayson, A. Wilson, T. McEnery, A.Hardie, and S. Khoja (eds.), *Proceedings of Corpus Linguistics 2001*. Disponível em: <http://ucrel>.

lancs.ac.uk/cl2001/preface.pdf. Lancaster: University Centre for Computer Corpus Research on language. Technical papers. 2001. Acesso em: 10 JAN 2013 p.64-73.

BUGUEÑO MIRANDA, F. Da classificação de obras lexicográficas e seus problemas: proposta de uma taxonomia. *Alfa*, São José do Rio Preto, v.58 [aceito para publicação], 2014.

_____. Para uma taxonomia de paráfrases explanatórias. *Alfa*, São José do Rio Preto, v. 53, 2009 p. 243-260.

_____. Panorama da lexicografia alemã. *Contingentia*, Porto Alegre, v. 3, 2008, p. 89-110 .

_____; FARIAS, V. Los subsidios de tres teorías semánticas para la generación de definiciones lexicográficas. *Revista de Filología de la Universidad de la Laguna*, La Laguna, v 30 [no prelo], 2012.

_____. FARIAS, V. Da microestrutura em dicionários semasiológicos do português e seus problemas. *Estudos da Lingua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 9, 2011a, p. 36-69 .

_____. Sobre las palabras y su clasificación según su contenido. Los problemas del lexicógrafo. *Revista de Filología de la Universidad de la Laguna*, La Laguna, v. 29, 2011b, p. 9-19 .

_____. Informações discretas e discriminantes no artigo léxico. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 18, 2006 p. 115-135.

BUGUEÑO MIRANDA; F.; ZANATTA, F. Problemas medioestruturais em dicionários semasiológicos do português. *Lusorama*, Frankfurt am Main, v. 83-84, 2010, p. 80-97.

CASARES, J. *Introducción a la lexicografía moderna*. Madrid: CSIC, 1950.

COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. *Un prêt à parler : le dictionnaire*. Paris : PUF, 1997.

COSERIU, E. 1992. *Einführung in die Allgemeine Sprachwissenschaft*. Tübingen: UTB, 1992.

DUBOIS, J. ; DUBOIS, C. *Introduction à la lexicographie: le dictionnaire*. Paris: Larousse, 1971.

ENGELBERG, St; LEMNITZER, L. *Lexikographie und Wörterbuchbenutzung*. Tübingen: Stauffenburg, 2004.

DUE. María Moliner. *Diccionario de uso del español*. Gredos: Madrid, 1966-1967.

FARIAS, V. Considerações preliminares sobre o pós-comentário na microestrutura de dicionários semasiológicos. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*. Porto Alegre v. 9, 2011 p. 109-139.

_____. O exemplo como informação discreta e discriminante em dicionários semasiológicos de língua portuguesa. *Alfa*, São José do Rio Preto, v. 52, 2008, p. 101-122.

HAENSCH, G.; WOLF, L., ETTINGER, St.; WERNER, R. *La lexicografía*. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica. Madrid: Gredos, 1982.

HARTMAN, R.R.K. *Lexicography: Critical concepts*. Routledge: London, 2003.

HARTMAN, R.R.K.; JAMES, G. *Dictionary of lexicography*. London: Routledge, 2001.

HAUSMANN, F.-J.; REICHMANN, O., ZGUSTA, L.; WIEGAND, H.E. (eds.), *Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires: Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Berlin: de Gruyter, 1989-1991.

HERBST; Th.; KLOTZ, M. *Lexikographie*. Paderborn: Schöningh, 2003.

KILGARRIFF, A. I don't believe in word senses. In: Th. Fontenelle (ed.). *Practical lexicography. A reader*. Oxford: OUP, 2008, p. 135-152.

LARA, L.F. *Teoría del diccionario monolingüe*. México D.F.: El Colegio de México, 1996.

LÓPEZ ROLDÁN, LÓPEZ ROLDÁN, P. La construcción de tipologías: metodología de análisis. Papers. *Revista de sociología*. Barcelona, n. 48, 1996. Disponível em: <http://ddd.uab.cat/pub/papers/02102862n48/02102862n48p9.pdf>. Acesso em: 22. setembro 2012, p. 9-29.

MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

REHFUS, W. *Wörterbuch der Philosophie*. Stuttgart: UTB, 2003. Disponível em: <http://www.philosophie-woerterbuch.de/>. Acessado em: 10. de janeiro 2013.

REY, A. La lexicologie. Paris: Klincksieck, 1970.
SCHLAEFER, M. *Lexikologie und Lexikographie. Eine Einführung am Beispiel deutscher Wörterbücher*. Berlin: Erich Schmidt, 2008.

SECO, M. *Estudios de lexicografía española*. Madrid: Gredos, 2003.

SELISTRE, I.C. *Desenho de um dicionário passivo inglês / português para estudantes de ensino médio*. 2012. 301 f. Tese de Doutorado em Linguística – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SWANEPOEL, P. Dictionary typologies: a pragmatic approach. In: Sterckenburg, P. (ed.) *A practical guide to lexicography*. Amsterdam: John Benjamin, 2003, p. 44-69.

VAN HOOFF, H. *Petite histoire des dictionnaires*. Louvain-La-Neuve: Peeters, 1994.

WELKER, H. *Dicionários*. Uma pequena introdução à lexicografia. Brasília D.F.: Thesaurus, 2004.

WERNER, R. Semasiologische und enzyklopedische Definition im Wörterbuch. In: Herbst,

Th.; Götz, D. (Hrsgn.). *Theoretische und praktische Probleme der Lexikographie*. Stuttgart:

Hueber, 1984, p. 382-407.

_____. La definición lexicográfica. In: Haensch, G.; Ettinger, St. Werner, R.; Wolf, L. 1982, p. 259-357.

WIEGAND, H.E. Die lexikographische Definition im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: Hausmann, F.J.; Reichmann, O.; Zgusta, L; Wiegand, H.E., 1989, p. 530-588.

ZGUSTA, L. *Manual of lexicography*. Praha: Academie, 1971.

Recebido em 07/12/2012

Aceito em 05/06/2013